**DECLARAÇÃO DE NÃO TER CONDENAÇÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO OU JUDICIAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Eu, **[*NOME COMPLETO*]**, inscrito(a) no CPF sob o nº **[*000.000.000-00*]**, residente e domiciliado(a) em **[*ENDEREÇO COMPLETO*]**, declaro, para os devidos fins, **sob as penas da lei,** que não respondo e nem respondi a inquérito policial, nem a processo criminal, nem sofri condenação judicial, no brasil e no exterior até a presente data, tampouco respondo ou fui sancionado no âmbito de processo administrativo**.**

Declaro ainda, que tenho conhecimento que a falsidade implicará nas penalidades cabíveis, previstas no artigo 299[[1]](#footnote-1) do Código Penal e às demais sanções administrativas e cíveis aplicáveis.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Niterói, [*DATA*] de abril de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**[*NOME COMPLETO*]**

1. \*Código Penal – FALSIDADE IDEOLÓGICA

Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. [↑](#footnote-ref-1)